

Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX**

Os estudos sobre as elites locais são recentes no mundo académico e implicam um suporte teórico e uma metodologia rigorosos. A selecção e o tratamento de fontes em muito contribuíram para abrir novas linhas de investigação que foram seguidas fielmente por uma nova geração de cientistas sociais. Aqui são expostas a metodologia e as principais fontes a serem utilizadas, com exemplos práticos, como o recurso à memória oral e até mesmo à literatura, para além das fontes institucionais, tanto locais como nacionais, e da bibliografia de referência.

Palavras-chave: elites locais; fontes; métodos; memória oral.

Academic studies on local elites are of recent vintage and require rigorous theoretical support and methodology. The choice and handling of sources have greatly contributed to opening up new lines of inquiry which have been faithfully followed by a new generation of social scientists. This article sets out the methodology and main sources to be used, with practical examples, such as oral memory and even literature, in addition to institutional sources, both local and national, and the standard bibliographies.

Keywords: local elites; sources; methods; oral memory.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as elites locais têm uma certa tradição na historiografia portuguesa, geralmente incluídos em monografias de âmbito local, que remetem para um passado distante com a intenção de exaltar a respectiva localidade através da presença ou da passagem de figuras de reconhecida importância social ou política. É frequente a colocação de uma estátua ou de outras referências iconográficas às figuras reais que lá residiram, como é o caso, em Estremoz, da rainha santa Isabel, ou em Aveiro, da infanta Joana, filha de D. Afonso V, que entrou de tal modo nas tradições da cidade que se tornou a sua padroeira, ou do condestável D. Nuno Álvares Pereira na

* Investigadora do Centro de História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia, FCT, UNL.

** Este artigo foi apresentado no *workshop* de investigação do CIES, ISCTE, 1-6-2005, e tem uma primeira versão como *e-working paper* n.º 7/2005, Lisboa, CIES, ISCTE, 2005. Publicação electrónica: www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP7.pdf. Agradeço aos colegas do CIES e ao *reviewer* da *Análise Social* os comentários e sugestões que me ajudaram a melhorar o texto.

Flor da Rosa, para não falar de D. Afonso Henriques em Guimarães. Estas personagens são integradas na história local e surgem como elemento de prestígio e valorização da região em causa. Sobre os notáveis locais propriamente ditos, as monografias costumam referir um ou dois nomes que contribuíram para o desenvolvimento do concelho ou da vila, em geral pelas suas acções beneméritas, apoio à construção de obras sociais, e pouco mais. As restantes referências distribuem-se, de forma mais ou menos subtil, pelas ruas e monumentos, à espera de serem analisadas por investigadores atentos.

E, se as referidas monografias eram tradicionalmente escritas pelo erudito local, alguém que residia e participava na vida do seu objecto de estudo, apaixonando-se pelo tema e pretendendo contribuir para a sua valorização através da construção de uma imagem apelativa, recentemente desenvolveu-se no mundo académico uma nova abordagem dos estudos locais, com objectivos bastante mais enquadrados nos parâmetros exigidos pelo rigor científico. A construção de retratos rigorosos das sociedades locais passou a ser realizada por historiadores e por outros cientistas sociais, no âmbito de provas académicas, e com um suporte teórico e uma metodologia que em muito contribuíram para elevar estes estudos a outro patamar de reconhecimento, que antes não possuíam. São exemplo disso os estudos pioneiros de Maria Manuela Rocha (1993) e Hélder Fonseca (1996), respectivamente sobre Monsaraz e Évora, cujas selecção e tratamento de fontes contribuíram de forma substancial para abrir novas linhas de investigação que foram seguidas fielmente por uma nova geração de investigadores. Com acesso privilegiado a arquivos locais, tanto públicos como privados, historiadores como Rui Santos em Mértola (1993), Jorge Fonseca em Montemor-o-Novo e Évora (1986, 1990a e 1990b) e Conceição Andrade Martins exploraram os arquivos municipais e os registos de casas agrícolas (1992), trazendo novos dados sobre os «Senhores da terra, senhores da vila...» (Rui Santos, 1993) do Sul do país, especialmente até ao século XIX.

No âmbito do mestrado em História Social Contemporânea do ISCTE também foram produzidos alguns trabalhos sobre este tema, sob a orientação dos Profs. Doutores António Costa Pinto e Nuno Monteiro, como as teses de João Manuel Pereira (1997) e de Venerando Matos (1998) sobre Torres Vedras, de Carla Faustino (1997) sobre Arraiolos, de Ana Paula Torres (1999) sobre Oeiras, de Teresa Pereira (1998) sobre Lisboa, de Jacinta Simões (1997) sobre Brinches, de Maria Antónia Pires de Almeida (1997a) sobre Avis, e o artigo de Zélia Pereira (1999) sobre Almada, entre outros. Perante tal proliferação, parece estar a ficar desactualizada a frase: «As elites locais, essas desconhecidas» (Mendes, 1992, p. 361). Contudo, as elites locais da segunda metade do século XX não foram ainda motivo de uma abordagem sistemática na área da investigação científica, uma lacuna que me proponho suprir com um projecto em curso¹.

¹ Projecto de pós-doutoramento em desenvolvimento no CIES, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia entre 2005 e 2008, intitulado «O poder local do Estado Novo à democracia: presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2002».

OBJECTIVOS

Os estudos sobre as elites locais pressupõem uma interdisciplinaridade e o uso de diversos instrumentos e novas linguagens, que poderão trazer para a investigação novos métodos de trabalho para o reconhecimento e tratamento das fontes. A história só tem a ganhar se utilizar os métodos de trabalho emprestados da sociologia e da antropologia, por exemplo, na recolha de fontes orais, cujo suporte teórico se encontra nas obras de cientistas sociais das mais variadas áreas.

Com o objectivo muito concreto de alargar o âmbito geográfico do estudo das elites políticas locais a todo o território nacional e tentar perceber o impacto da transição para a democracia nesse grupo, propus-me elaborar uma lista detalhada de nomes de todos os presidentes de câmara e governadores civis, completada com informações relativas a idades, datas, duração de mandatos, escolaridade, classificações profissionais e enquadramento social e familiar, além do estabelecimento dos percursos políticos anteriores e posteriores², para caracterizar estes grupos nos três períodos em causa — Estado Novo, transição revolucionária de 1974-1976, regime democrático (a partir das primeiras eleições autárquicas realizadas no dia 12 de Dezembro de 1976) — e assim detectar:

- Permanências ou mudanças nas formas e critérios de recrutamento;
- Diferenças ou semelhanças regionais (Norte/Sul, litoral/interior), associadas a critérios como a distribuição da propriedade, industrialização, aspectos demográficos, composição social e sectores de actividade económica, religiosidade, entre outros);
- Mobilidades políticas e territoriais.

Com este projecto, pretendo responder, na medida do possível, às seguintes questões: quem constitui o poder local? Quais os grupos socioprofissionais que ocuparam os principais cargos dos municípios portugueses e quais os critérios de recrutamento? Qual a sua evolução e comportamento durante a segunda metade do século XX, nos últimos anos do Estado Novo e perante a transição política resultante da revolução de 25 de Abril de 1974?

No fundo, o que se almeja é um conhecimento mais rigoroso e fidedigno do grupo das elites portuguesas que representam e têm um papel mediador entre

² A ficha tipo dos indivíduos inclui os seguintes campos: nome, cargo, distrito, concelho, cargo, classificação profissional/título apresentado na fonte, grupo profissional, reformados ou militares na reserva, habilitações — escolaridade, data da primeira informação, data de posse, data da nomeação (até 1976) ou da eleição, *DG/DR*, 2.ª série, final do mandato ou exoneração, duração do mandato, partido político (depois de 1976), local de nascimento, data de nascimento, idade na tomada de posse, género, notas (registo das relações entre pessoas, cargos exercidos, parentescos, mobilidade geográfica e política, percursos de vida).

as populações locais e o poder central (Ruivo, 1990). Esse papel sofreu uma evolução, as suas características foram alteradas com a transição para a democracia, e os actores que o desempenham também têm uma evolução histórica que tem de ser analisada e sistematizada, para além dos lugares-comuns e das imagens que são transmitidas pelos habituais meios de comunicação. O retrato sociológico que será construído sobre este grupo poderá vir, eventualmente, a confirmar a percepção sensorial que se tem dele, mas espero que contribua também para revelar as suas subtilezas, contrastes, permanências e mudanças, que contribuirão para um melhor conhecimento da face mais visível do Estado e do poder para os cidadãos. As características sociológicas deste grupo serão confrontadas com as de outros grupos de elite, como, por exemplo, os ministros, já analisados por António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida (2003), ou os deputados, por Rita Almeida de Carvalho e Tiago Fernandes (2003) no Estado Novo e por André Freire (2001) no período democrático.

Para a elaboração de tal pesquisa e para uma investigação rigorosa utilizo a metodologia e fontes essenciais que passo a expor. No fundo, pretendo deixar aqui uma espécie de manual de instruções que espero que possa vir a ser útil a quem se queira dedicar ao estudo das elites locais.

METODOLOGIA E FONTES

Naturalmente que o início de qualquer trabalho científico, após o estabelecimento do tema e da hipótese a provar, é a leitura de *tudo* o que tiver sido escrito previamente sobre o tema. A recolha bibliográfica está agora muito mais simplificada do que até há poucos anos. Em segundos temos acesso através da Internet à Biblioteca Nacional e à base de dados das bibliotecas de todas as universidades portuguesas, para além da Biblioteca do Congresso americano ou de qualquer biblioteca nacional, pelo menos de países europeus. Em simples pesquisas sobre elites locais ou sobre a localidade que pretendemos estudar obtemos imediatamente listas mais ou menos vastas de títulos que temos a obrigação de consultar. A leitura das principais obras de referência fornece-nos o enquadramento teórico necessário, ainda que o nosso trabalho prático o possa vir a contradizer.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E CRONOLÓGICO

Os estudos sobre elites locais não podem ser desenquadrados da realidade nacional e mesmo internacional. O ponto de partida de qualquer investigação que se pretenda rigorosa é uma recolha intensiva de toda a legislação respeitante ao tema que se quer aprofundar e da história do período em causa. A intensidade com que os acontecimentos políticos ao nível central

se reflectem no local é sempre uma das principais preocupações do investigador. E, naturalmente, as reacções e as alterações (ou ausência delas) produzidas pelos períodos de transição nos diversos grupos sociais analisados são objecto privilegiado de análise. Os estudos sobre elites locais têm tendência para se situarem cronologicamente em períodos revolucionários e contribuem para a avaliação do impacto dessas mesmas revoluções, cuja intensidade não pode ser medida apenas pelo movimento social que provocaram nos grandes centros. Também é fundamental ter presente a cronologia da legislação, especialmente para o apuramento da origem e iniciativa dos movimentos sociais desencadeados em épocas específicas. Estes movimentos nunca surgem do vácuo: têm motivações muito precisas e a percepção da sua subordinação ou reacção a directivas do poder central é essencial para a sua caracterização.

NOMEAÇÕES

Outra interferência do poder central no local encontra-se nas nomeações do pessoal político e administrativo. Ao longo do século XX as elites políticas locais sofreram uma evolução no seu processo de selecção: durante o período monárquico e na I República as câmaras eram eleitas; no Estado Novo eram nomeadas, e a partir de 1976 voltou a haver eleições, pela primeira vez com sufrágio universal. Nos períodos de transição, entre 1926 e 1937 e entre 1974 e 1976, houve comissões administrativas nas câmaras municipais, nomeadas directamente pelos Ministérios do Interior ou da Administração Interna. Portanto, temos um período de cinquenta anos em que os presidentes das câmaras foram nomeados directamente pelo poder central. Essas nomeações foram publicadas no *Diário do Governo*, mais tarde *Diário da República*, a fonte mais fiável para a recolha dos nomes e, em certos períodos, das profissões dos indivíduos a analisar.

ARQUIVOS NACIONAIS

Em seguida, estas informações terão de ser confrontadas com as do arquivo do Ministério da Administração Interna depositado no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este arquivo central contém informações fundamentais para a caracterização dos indivíduos em causa. Infelizmente, a sua consulta para temas específicos é ainda muito difícil, pela falta de sistematização arquivística dos documentos. No entanto, os fundos do Gabinete do Ministro (processos, correspondência recebida, nomeações, exonerações e recolocações, discursos nas tomadas de posse, etc.) e da Direcção-Geral da Administração Política e Civil podem fornecer-nos informações preciosas sobre todo o pessoal político ao nível local, assim como

as opiniões das populações, enviadas ao ministro e ao governador civil em relatórios, pareceres, telegramas, ofícios, cartas pessoais e abaixo-assinados. Para completar a recolha são fundamentais as deslocações às sedes de distrito e de concelho para consulta directa das fontes locais nos arquivos dos respectivos governos civis e câmaras municipais.

Para o período democrático, as informações sobre os eleitos encontram-se no STAPE — Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, do Ministério da Administração Interna, onde existem fichas dos registos de eleitos locais em microfichas e CDRom³.

Quanto à classificação profissional e ao enquadramento social e familiar dos indivíduos em estudo e seus percursos sociais e políticos prévios e posteriores ao exercício do cargo, para além das informações fornecidas pelas fontes acima citadas, é fundamental a consulta dos anuários comerciais, da imprensa local, regional e nacional e das monografias locais. Nos casos de presidentes militares, na maior parte dos casos oficiais do exército na situação de reserva, justifica-se o recurso ao Arquivo Histórico Militar.

ARQUIVOS LOCAIS

Ao nível local é essencial a consulta dos livros de actas das câmaras, onde eram registadas as tomadas de posse dos presidentes e vereadores, além dos assuntos comuns tratados nas reuniões. A sua consulta implica uma ida aos arquivos municipais de cada concelho, os quais umas vezes estão completos e acessíveis, mas outras não. Em certos casos, os livros estão degradados e ilegíveis, ou desapareceram das prateleiras, sem explicação. Claro que nestes arquivos há sempre material suplementar que pode ser utilizado e que nos fornece informações por vezes muito importantes: os livros de correspondência da câmara e os livros do recenseamento eleitoral, nos quais se encontram informações sobre as categorias profissionais dos indivíduos, a idade e a freguesia de origem. Para o período da Monarquia, as informações são muito mais completas, pois a capacidade para se pertencer ao grupo de cidadãos eleitores estava relacionada com critérios de rendimento, que vinham perfeitamente descritos e explícitos na legislação. Estes critérios foram abolidos com o regime republicano, o que demonstra uma evolução do sistema político no sentido do alargamento do direito ao voto.

³ A partir do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29-9-1976, que estabelece no seu artigo 155.º: as câmaras municipais devem enviar ao STAPE, até trinta dias após as eleições, o nome, o número do BI, profissão, idade, cargo, residência, naturalidade, habilitações literárias e partido dos cidadãos eleitos. Alguns trabalhos sobre a caracterização dos eleitos locais já foram publicados por funcionários desta instituição (v. fontes).

Os arquivos locais e distritais têm ainda outro tipo de fontes que nos permitem desenhar um retrato mais completo dos indivíduos a estudar. Mas isto apenas no que diz respeito a épocas mais remotas. Por exemplo, os livros de décimas, uma preciosidade ainda pouco explorada, se tivermos em conta as suas enormes potencialidades, e que revelam muito mais do que se pode supor numa primeira abordagem. O imposto da décima, ou décima militar, foi criado pela lei de 5 de Setembro de 1641 para fazer face às despesas mais urgentes que o governo de D. João IV enfrentou após a Restauração. Este imposto consistiu numa contribuição geral sobre a propriedade e o trabalho e os respectivos rendimentos. A reforma fiscal de Mouzinho da Silveira, em 1832, substituiu a décima por novas modalidades de contribuições, perdendo-se assim, a nível local, uma fonte preciosa para o apuramento dos rendimentos de cada indivíduo, das propriedades urbanas ou rústicas que possuía, das rendas que recebia ou do trabalho que aí desenvolvia. Esta fonte dá-nos ainda informações sobre a localização das respectivas propriedades, tanto as urbanas, com a descrição dos arruamentos, como as rústicas (situadas no «termo» das vilas), e também sobre o número de criados que o contribuinte empregava e pelos quais pagava impostos sobre o trabalho, designados como «maneiro».

Esta fonte, ao contrário das que se lhe seguiram, como o recenseamento eleitoral, apresenta a vantagem de incluir mulheres e pobres, grupos que se encontram ausentes das fontes subseqüentes. Isto porque as mulheres também eram proprietárias (tanto de casas onde viviam e de terras que exploravam directamente como de imóveis que arrendavam) ou desenvolviam actividades profissionais colectáveis, como comerciante, taberneira, «tendeira» ou rendeira de terras que elas próprias cultivavam (ou «fabricavam»). E os trabalhadores independentes também tinham de pagar o seu próprio «maneiro», por mais pequeno que fosse (Almeida, 2002).

Outra fonte fundamental para o apuramento das categorias profissionais e das relações pessoais, familiares e hierárquicas que se estabelecem ao nível local é o registo paroquial, geralmente depositado nos arquivos distritais ou, em Lisboa, nos microfílmicos da comunidade mórmon. Ferramenta dos genealogistas, para o historiador de uma comunidade local é uma fonte muito reveladora não só de parentescos (o nome não é de modo nenhum suficiente, pois o estabelecimento dos apelidos não era fixo, variando entre irmãos de forma por vezes surpreendente), como de teias de solidariedade e de prestígio. Os registos de baptismo, casamento e óbito permitem-nos estabelecer percursos de vida e profissionais e as informações sobre cônjuges, sogros, padrinhos, testemunhas, etc., revelam-nos elementos geralmente impossíveis de adquirir noutras fontes. Ainda nas fontes locais são de salientar os livros do *Status Animarum*, vulgarmente conhecidos como «Róis de Confessados», muitas vezes ainda na posse das paróquias, e que foram explorados em

Portugal, entre outros, por O'Neill (1984) e Sobral (1999). São importantes para o conhecimento da sociedade local por procederem a uma descrição particularizada de todas as famílias.

Para completar as informações sobre os indivíduos apurados, nada como a consulta dos livros do notariado (ou livros de notas dos tabeliães), nomeadamente dos inventários por morte ou das doação de bens em vida, assim como dos testamentos, contratos de casamento e das doações, para uma reconstituição dos seus patrimónios. Estes elementos podem ser encontrados nas secções de finanças ou nos tribunais, no caso de processos judiciais instaurados pela existência de órfãos. Nos registos prediais e nos serviços do notariado podemos ainda encontrar as escrituras de compra e venda de bens imobiliários e as constituições de sociedades e de cooperativas, com as respectivas listas de sócios. Acrescenta-se ainda o espólio proveniente das administrações do concelho e as actas das juntas de paróquia/freguesia e os livros dos julgados de paz, utilizados igualmente por Sobral (1999).

Quanto aos já referidos arquivos das casas agrícolas, é muito raro encontrarmos em Portugal arquivos privados minimamente organizados. E, se no caso do Alentejo falamos de casas agrícolas, o mesmo se aplica a outro tipo de actividade empresarial. Os próprios bancos estão muito pouco estudados por pura falta de dados, o que torna muito difícil o estudo das elites empresariais portuguesas e impossível a sistematização da própria disciplina da história empresarial, uma parte importante da história económica e social. Para o estabelecimento de comportamentos económicos e empresariais é necessário um mínimo de registos escritos da actividade profissional dos indivíduos. Conceição Andrade Martins e Ana Cardoso de Matos (1982) conseguiram o prodígio de tirar ilações importantíssimas dos *Pandemónios* de João Maria Parreira Cortez, um diário escrito por um lavrador alentejano entre 1866 e 1889 e felizmente preservado pelos seus descendentes. Mas este é um caso raro, ao qual se juntam os arquivos de José Maria Eugénio de Almeida, preservados na fundação com o seu nome em Évora e a serem estudados por Hélder Fonseca (1987), ou a casa vinícola de José Maria da Fonseca em Azeitão, cujo arquivo foi organizado pela historiadora Cristina Joanaz de Melo (que passou anos a seleccionar papéis do arquivo morto da casa e a inventariá-los) e cuja história está actualmente a ser escrita por Conceição Andrade Martins. No que diz respeito a bancos, a família Espírito Santo teve a sensibilidade de contratar um historiador, Carlos Alberto Damas (2002 e 2004), para lhe organizar um arquivo e produzir alguns elementos para a história desta família empresarial, assim como a CUF e o BCP têm a sua história e a do seu fundador escrita por Miguel Figueira de Faria (2001a, 2001b e 2004). O próprio comportamento económico do Banco de Portugal, incluindo a análise sociológica dos seus funcionários, só recentemente foi estudado por Jaime Reis (1996). Foram igualmente produzidas

algumas obras sobre indústrias de moagens (Ferreira, 1999), de vidro (Mendes, 2002), de cerâmica (Assunção, 1997). De salientar também as obras de síntese de Antónia Pedroso de Lima (2003a e 2003b) sobre a elite empresarial de Lisboa, a colectânea de biografias de *Empresários Portugueses do Século XX*, escrita pelo jornalista Filipe Fernandes (2003), as *Mulheres na Vida Empresarial*, de Maria das Dores Guerreiro (1998), e a biografia de Jorge de Melo por Jorge Fernandes Alves (2004).

De qualquer modo, no que diz respeito a fontes, todos estes investigadores tiveram um trabalho de paciência de grande importância para o conhecimento destas famílias empresariais. Mesmo ultrapassando as reservas iniciais dos proprietários actuais dos livros de contabilidade e dos arquivos privados, há depois um trabalho minucioso de levantamento das informações, por vezes muito dispersas e com tantas lacunas que é geralmente impossível construir um conjunto de dados que permitam o estabelecimento de séries mínimas. No entanto, mesmo com informações soltas é muitas vezes possível construir um retrato da situação de uma «casa», pelo menos em períodos limitados.

OUTRAS FONTES LOCAIS

Consoante a disponibilidade do investigador e o desejo de aprofundamento do tema, será também interessante realizar em cada concelho algumas entrevistas para levantamento da memória oral relacionada com o tema, as quais ajudarão também a estabelecer as relações familiares e a apurar as diversas opiniões locais sobre as personalidades em causa, o que certamente ajuda na construção do retrato das elites.

A recolha da memória oral implica três fases distintas:

- A preparação das entrevistas, com a respectiva fundamentação teórica e metodológica;
- As entrevistas propriamente ditas;
- A transcrição das gravações, a análise da linguagem e dos temas recorrentes e a respectiva integração nos capítulos correspondentes da obra final.

Como suporte teórico para a primeira fase podem ler-se os clássicos Paul Thompson (1978) e Georges Granai (1964), que nos ensinam a realizar entrevistas não dirigidas, mais parecidas com uma conversa informal do que com um inquérito policial, e que me parecem as mais adequadas à população e ao tema em causa. Em último caso pode utilizar-se a observação participativa sugerida por Giddens (1989) para o trabalho de campo, como o fizeram José Manuel Sobral (1999) ou Miguel Vale de Almeida (1996). A técnica do apuramento de histórias de vida é cada vez mais usada na

antropologia e na sociologia em consequência da crescente importância atribuída à utilidade da memória oral e dos documentos pessoais na investigação em ciências sociais. Este tipo de recolha inspirou-se no trabalho pioneiro de Hamilton Holt (2000), o editor do jornal *Independent*, que em 1906 reuniu num livro os relatos que a sua equipa de jornalistas recolheu em vários pontos dos Estados Unidos da América. O seu objectivo era deixar os homens comuns falarem, o que resultou num livro de grande interesse humano e com uma enorme importância histórica e sociológica.

Nos últimos anos teorizaram-se duas novas metodologias: a etnobiografia e as histórias de vidas cruzadas, desenvolvidas por Jean Poirier *et al.* (1995) e por Franco Ferraroti (1991). Infelizmente, entre os historiadores portugueses, este tipo de abordagem está por desenvolver, sendo por alguns ainda considerado depreciativamente como «jornalismo». Continua a ser sobretudo na área da antropologia que se desenvolveram os trabalhos mais interessantes, como é o caso do de Paula Godinho (2001) ou da tese de Inês Fonseca (1997).

No que diz respeito à recolha desta fonte, verifica-se um fenómeno curioso que condiciona o trabalho do historiador e a escolha do seu objecto de estudo. Porquê estudar as elites e não estudar o trabalhador rural ou o trolha? Porque sem dúvida que estudar as elites locais é mais fácil do que estudar os «outros». O meu objecto de estudo até agora tem sido o Alentejo, caracterizado por uma sociedade perfeitamente bipolarizada, onde os grupos intermédios tinham uma importância demográfica muito pouco significativa. Como José Cutileiro (1977) deixou bem explícito, no Alentejo havia os *ricos* e os *pobres* e as características de cada grupo estavam bem definidas e não deixavam margem para grandes dúvidas. Ora, não nos podemos esquecer de que em todo o processo de recolha desta fonte é necessário ter presente algo muito óbvio, mas geralmente pouco lembrado: os *ricos* têm muito mais auxiliares de memória do que os *pobres*, assim como deixam muito mais vestígios físicos, que são precisamente o que os distingue, de forma visível, e que cria uma barreira praticamente intransponível entre os grupos, para além de outros capitais, como os títulos académicos e outros (Almeida, 1997b). No meu trabalho de recolha de memórias para o estudo da reforma agrária pude apurar que os meus entrevistados se lembram dos pais e às vezes mal. Isto porque «A memória destes grupos é estritamente oral. São escassos os objectos que possam servir como suportes da memória verbal [...] Não há geralmente documentos escritos que sirvam de apoio à memória oral. Poucos os objectos ou ouro que se herdou. Não há retratos que permitam reavivar com nitidez a imagem física dos desaparecidos [...] dada a escassez ou inexistência de suportes mnésicos, não é de estranhar que as memórias deles sejam restringidas em termos de projecção retrospectiva. Ao esquecimento involuntário há que juntar aquilo que se deseja ocultar...» Em

suma: «É uma memória dolorosa.» Do lado oposto, «o mundo dos proprietários é completamente distinto. Desde logo porque a memória familiar – as recordações reais ou imaginárias de antecessores – é parte fulcral da afirmação da sua proeminência social [...] depois, porque esta se apresenta objectivada em múltiplos suportes mnemónicos e, além da oralidade, passa pela escrita» (Sobral, 1995, pp. 297-299).

Não há dúvida de que os grupos sociais mais privilegiados possuem inúmeros bens materiais que transmitem às gerações seguintes. Qualquer família «que se preze» conhece, porque possui ainda, os objectos dos seus antepassados: as casas, as propriedades, as jóias e o mobiliário, para além de uma série de relíquias que transmitem imagens do passado e que estão associadas a histórias, eventos, momentos e ritos de passagem, como, por exemplo, as fotografias, as roupas usadas em ocasiões mais solenes, os lençóis de linho com rendas e bordados do enxoval da tia, a toalha do baptizado da criança, o casaco feito com as peles do gato bravo ou das raposas que o avô caçou, a colecção de espingardas e os troféus do concurso de tiro ao alvo, a colecção de livros e as revistas da Segunda Guerra Mundial, a máquina de bordar da avó, a máquina de escrever do pai, a máquina fotográfica usada nas viagens a Sevilha para ver os touros, os tinteiros de prata e as primeiras canetas. Toda esta parafernália é ainda completada pelos documentos, pelos títulos de propriedade, escrituras, livros de contas das herdades, ou apenas pelas caixas com papéis soltos e facturas onde o avô lavrador anotava a sua vida. Salientam-se também os jazigos e sepulturas nos cemitérios, «parte fundamental do seu trabalho de representação» (Sobral, 1995; Fonseca, 1996; Almeida, 1997b), nos quais os nomes e as datas também constituem preciosos auxiliares de memória. A visita aos cemitérios é uma experiência muito útil nos seguintes aspectos: comparação entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos; a disposição das campas e dos jazigos, a sua monumentalidade e decoração, as famílias mais destacadas e as menos, as datas de morte e os nomes completos dos falecidos ajudarão a elaborar as árvores genealógicas, e todo este conjunto de elementos permite um retrato do grupo estudado nas suas formas de demarcação dos restantes grupos.

Para além deste capital material, que preserva e transmite o passado e as memórias familiares e de grupo, as elites nos meios rurais possuem uma tradição de oralidade muito forte, estimulada nos momentos de sociabilidade, que eram e continuam a ser praticados com toda a intensidade e nos quais os antepassados são sempre evocados. Estes momentos incluem os serões passados à lareira ou à volta da camilha com os pés perto do braseiro a contar histórias e a recordar acontecimentos, nos quais os mais novos ouvem silenciosos e muitas vezes incrédulos as proezas dos caçadores e outras histórias afins, mas também os diversos almoços, lanches e jantares

oferecidos nas melhores baixelas e nos quais se saboreiam as iguarias tradicionais. E as caçadas, com os respectivos pequenos-almoços pantagruélicos, seguidas de almoçaradas às 5 da tarde, ainda mais exageradas, com o guarda-roupa apropriado, acompanhadas dos melhores vinhos e, consequentemente, de histórias ainda mais rocambolescas. E, para completar, as «festas», desde as ceias de Natal e passagem de ano até aos aniversários, casamentos e baptizados, sem esquecer os rituais de passagem, como a primeira comunhão, as «despedidas de solteiro», e todas as outras situações que passam pela imaginação de quem tem tempo e dinheiro disponível para gastar.

Todos estes momentos têm objectivos muito concretos, para além da celebração propriamente dita: preservam laços familiares, promovem o encontro de várias gerações dentro da mesma família e as relações com parentes mais afastados e com as famílias vizinhas e amigas e servem ainda para exhibir poder económico e social. E servem, sobretudo, para serem recordados, com as inevitáveis fotografias, que se somam aos relatos e comentários que se fazem nas semanas seguintes. Constrói-se assim um capital simbólico de memória sobre um suporte material muito forte. A sua conjugação permite transmitir e preservar um passado e uma ancestralidade que são repetidos à exaustão e muitas vezes até retocados. E é claro que os retoques são intencionais (Tonkin, 1995, p. 113): o avô foi sempre o melhor lavrador da freguesia, ou mesmo da região, o que mais emprego deu, mais infra-estruturas criou, mais obras sociais promoveu. O que é mencionado e o que é esquecido não altera propriamente o passado, mas molda-o segundo as conveniências. David Lowenthal chamou a isto recordações selectivas, justificadas pela subjectividade do emissor (Lowenthal, 1985, p. 263). Para este autor há três motivos para alterar a história e o passado em geral: «to improve the past itself or the lot of those who live in it; to better present circumstances by changing what has led up to them; and to ensure the stability of the present by altering (or protecting) the past against interference by others» (id., *ibid.*, p. 26).

Se no grupo dos *ricos* se podem de facto alterar ou seleccionar alguns pormenores de um passado tantas vezes repetido e lembrado, os *pobres* não têm muito que lembrar ou alterar, intencionalmente ou não. O suporte material é praticamente inexistente. A «casinha» que os pais tinham «de renda» ou já nem existe ou está nas mãos de outra pessoa, geralmente alterada de forma irreconhecível. Também não se encontram objectos transmissíveis, pois não eram suficientemente duráveis para passarem de geração. Quanto às imagens, se nas últimas décadas se generalizaram o uso e a posse de máquinas fotográficas, para não falar das câmaras de vídeo, que registam à exaustão qualquer acontecimento, por mais insignificante que seja, até aos anos 70 do século xx os registos fotográficos estavam restrin-

gidos a um grupo de privilegiados. O retrato, geralmente tirado por um fotógrafo profissional, era preparado com todo o requinte e constituía um marco na vida do indivíduo. Os trabalhadores rurais não tinham acesso a tal luxo. Nem no dia do casamento. Nas suas casas, entre a exposição obrigatória dos retratos dos filhos e dos netos, dificilmente encontramos alguma fotografia dos próprios, ou dos pais, e muito menos dos avós. Uma das minhas entrevistadas mostrou-me com orgulho a fotografia do pai, tirada por um estranho de passagem por Avis. Ao contrário das tentativas para embelezar o passado, comuns entre os *ricos*, neste caso verificou-se uma intenção de salientar os aspectos negativos, sem qualquer tipo de humilhação: a pobreza de um homem velho, sentado a uma soleira de uma porta com as calças remendadas, a fumar uma beata, como me foi exposto e descrito com um enorme carinho por parte da filha. Nota-se até, em alguns casos, uma certa vaidade em falar sobre o tempo de miséria que se viveu: as pessoas que são declaradamente de origem humilde fazem questão de salientar o facto de terem trabalhado desde crianças e até de terem pedido esmola.

A este ténue capital material soma-se uma enorme falta de momentos de sociabilidade, para além dos que eram proporcionados pelas idas e vindas do trabalho (Giddens, 1989, p. 79) e em algumas festas de final de colheitas, bailaricos de Carnaval, ou nas feiras. Se os casamentos ainda reuniam alguma família mais próxima, os aniversários, o Natal, os baptizados, etc., eram simplesmente ignorados ou inexistentes. A ausência destas cerimónias, que estimulam o contacto e a intimidade nas famílias, constituía de facto uma falta de estímulo aos laços familiares, que acabavam por se diluir ou até desaparecer, sobretudo quando ao excesso de trabalho se juntava a distância provocada pela emigração. Por isso, quando inquiridos sobre outras gerações da sua família, ou até sobre primos e irmãos mais velhos, notou-se entre os meus entrevistados alguma hesitação. Os conhecimentos sobre os parentes que não viveram na mesma casa, no mesmo monte ou na mesma vila são muito escassos. Os serões à lareira não eram propriamente momentos de prazer, se é que se realizavam. O conforto que não se encontrava dentro de casa era muitas vezes procurado nas tabernas (caso vivessem na vila ou na aldeia), onde se estabeleciam relações por vezes mais fortes do que com os familiares. A oralidade também nunca foi o forte deste grupo. Encontramos, entre os trabalhadores rurais, alguns que são autênticos poetas populares e contadores de histórias, mas pode dizer-se que são casos excepcionais. Em geral, estes homens falam pouco, especialmente sobre algo que os aborrece. Como e para quê contar aos filhos a vida de miséria que o avô passou, se eles próprios conheciam a sua? Era algo sobre o qual não se falava. Mas não estava esquecido. Algures na memória estava guardado o sentimento. E o ressentimento...

A partir dos contrastes assinalados podemos apurar comportamentos e estilos de vida que nos ajudam a construir retratos dos grupos que se

pretendem analisar. Ficamos também com a noção das imagens que cada grupo tem do outro. Por todos estes motivos, as fontes orais devem ser utilizadas de forma muito ponderada. A selecção dos entrevistados não é fácil e implica um processo moroso de apresentação, o estabelecimento de uma relação de confiança, enfim, um trabalho de grande sensibilidade, tendo em atenção o grupo etário em causa e os temas, por vezes difíceis, que são abordados. Entre estes, destacam-se a doença e o sofrimento, sempre presentes nos percursos de vida, e que implicam, por parte do entrevistador, grande cuidado e respeito para com o seu interlocutor. Claro que no final o resultado é quase sempre enriquecedor para o nosso trabalho, por isso esta é uma fonte cuja utilização recomendo vivamente, até porque os grupos que passaram pelo processo de transição para a democracia estão a chegar a uma idade crítica. Se esta recolha não se faz agora, perde-se para sempre.

LITERATURA

A literatura é considerada uma fonte muito pouco ortodoxa. De facto, muito poucos historiadores se lembram dessa fonte preciosa para o estudo de uma época, de uma região e de um modo de vida em relação ao qual todos somos naturalmente estrangeiros. Mas quem melhor do que os romancistas para nos levarem numa viagem a esses lugares estranhos e cujo ambiente não conseguimos abarcar apenas com a crueza das fontes atrás expostas? No que dizia respeito ao tema da reforma agrária, aos seus antecedentes sociais e psicológicos e ao meio rural alentejano, em geral, a escolha recaiu sobre os autores neo-realistas portugueses, cujos mais significativos representantes são muitas vezes esquecidos: Alves Redol, Fernando Namora, Manuel da Fonseca e, mais tarde, José Saramago, Mário Ventura e António Lobo Antunes. Quem estuda o Norte de Portugal não pode esquecer-se de ler Júlio Dinis, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Aquilino Ribeiro, Agustina Bessa-Luís e de novo Alves Redol, com o ciclo *Port Wine*. Isto para lembrar apenas os mais óbvios. Basicamente, o que se pretende é que o cientista social não esteja desligado da realidade, seja ela mais erudita ou mais popular. As caricaturas e a banda desenhada não são uma fonte menos digna do que o relatório do Banco de Portugal sobre a situação do país ou o discurso do presidente sobre o estado da nação. E a *vox populi* sobre o presidente da câmara ou sobre o industrial do concelho também tem de ser considerada para a construção da sua imagem. A literatura tem neste aspecto uma importância central, pois reflecte imagens transmitidas, por mais filtradas que elas estejam por condicionalismos ideológicos ou outros. Tal como nas fontes orais, também nestas encontramos representações sobre o poder e os indivíduos ou grupos que o exercem.

CONCLUSÃO

Estas são apenas algumas fontes e métodos de trabalho que já utilizei no meu percurso académico e nos projectos que desenvolvi. A história das elites locais implica ainda uma visita física ao objecto de estudo. Um passeio pela sede do concelho, pelas freguesias, uma caminhada pelas zonas rurais. Ler um mapa é um exercício sem dúvida muito esclarecedor, mas a noção do local é fundamental. O que se apreende pode valer a viagem e, se não o substitui, pelo menos completa grande parte do trabalho de pesquisa que se efectuou em todas as fontes atrás referidas. A observação das ruas e das casas das vilas e aldeias e a análise da sua disposição (mais ao centro, ou em ruas novas, junto à praça principal ou à igreja, etc.), assim como o levantamento dos nomes das ruas e das placas comemorativas colocadas no hospital, no centro de saúde, na sede da Misericórdia, todos estes elementos nos oferecem de bandeja os nomes dos notáveis locais. A ausência destes marcos também pode reflectir a falta de consideração que a população tinha por eles. São subtilezas que se apreendem apenas no local, de preferência com a ajuda de algum cicerone de mais idade. Tudo isto completado com a observação dos cemitérios locais.

Naturalmente que num projecto mais abrangente esta última parte é humanamente impossível de concretizar. Por isso é necessário reduzir os parâmetros a investigar e limitá-los aos que estão acessíveis no tempo e no espaço de que o investigador dispõe. Contudo, limitar o campo de investigação e produzir um trabalho completo e rigoroso sobre um grupo social, ou uma freguesia, já é um contributo valioso para, mais tarde, se poderem realizar abordagens comparativas que nos darão uma imagem geral sobre uma época ou uma região. Cada um destes trabalhos de investigação tem um papel fundamental para o nosso conhecimento do país em que vivemos e dos grupos que de facto exercem o poder mais visível e imediato e têm um papel de intermediário entre o Estado e os cidadãos.

FONTES

LEGISLAÇÃO

Leis, decretos-leis e portarias publicados no *Diário do Governo* (até 1974) e no *Diário da República*.

Despachos e portarias do Ministério do Interior publicados na 2.^a série, nos quais se encontram as nomeações e exonerações de governadores civis, presidentes de câmara e comissões administrativas.

ARQUIVOS NACIONAIS

Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT).
Ministério do Interior, Direcção-Geral da Administração Política e Civil.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, correspondência recebida e emitida.
Inventário do Gabinete do Ministro, Ministério da Administração Interna, 1948-1977.
Arquivo da DGAL — Direcção-Geral das Autarquias Locais, MEPAT – Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.
Arquivo do STAPE — Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna.
Fichas dos registos de eleitos locais em microfichas e CDROM.
Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais: 1976, 1979, 1982, 1985, 1989, 1993, 1997, 2001, 2005.
Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais: 1982, 1989, 1993, 1997, 2001.
ARCHER, GRAÇA MIRAGAIA (coord.), *Caracterização das Mulheres Eleitas. Autarquias Locais 1997*, Lisboa, STAPE, MAI, 2001.
Eleição da Assembleia da República, Lisboa, STAPE, MAI, 1976, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987, 1991.
Biblioteca do Ministério da Administração Interna.
Governos Cívicos. Mais de um Século de História, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, 1994.

ARQUIVOS LOCAIS

Arquivos dos governos cívicos dos distritos: correspondência, ofícios e despachos.
Arquivos distritais.
Registos paroquiais.

ARQUIVOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Livros de actas da câmara municipal.
Livros de correspondência expedida e recebida.
Livros do recenseamento eleitoral.

SECÇÕES DE FINANÇAS

Inventários por morte ou por doação em vida dos bens.

TRIBUNAIS

Inventários orfanológicos.

REGISTOS PREDIAIS E SERVIÇOS DO NOTARIADO

Escrituras públicas de compra e venda e constituição de sociedades empresariais ou cooperativas.

ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS, COMO A MISERICÓRDIA, O GRÉMIO, A CASA DO POVO, AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E LAGARES, ETC.

ARQUIVOS DAS CASAS AGRÍCOLAS OU INDUSTRIAIS

Livros de contabilidade, genealogias, documentos dispersos, casas, quadros e fotografias, mobiliário, guarda-roupa.

FONTES ESTATÍSTICAS

Recenseamentos gerais da população, INE, 1911, 1930, 1940, 1960, 1970, 1981, 1991.
Imprensa local, regional, nacional e outras publicações periódicas.

OUTRAS FONTES LOCAIS

Fontes orais.

Cemitérios, placas com os nomes das ruas, casas, disposição geográfica das famílias pelas ruas, etc.

Literatura.

Outras fontes etnográficas, como música e poesia popular, artesanato.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. A. P. DE (2006), *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, M. A. P. DE (2003), «As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997», in António Costa Pinto e André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-42.
- ALMEIDA, M. A. P. DE (2002), «Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes», in Inês Amorim (coord.), *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, pp. 229-253.
- ALMEIDA, M. A. P. DE (1997b), *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis — 1886-1941*, Lisboa, Edições Colibri.
- ALMEIDA, M. V. DE (1996), *The Hegemonic Male. Masculinity in a Portuguese Town*, Oxford, Berghahn Books.
- ALMEIDA, P. T. DE, e PINTO, A. C. (2003), *Portuguese Ministers, 1851-1999. Social Background and Paths to Power*, Harvard University.
- ALVES, J. F. (2004), *Jorge de Mello. «Um Homem». Percursos de Um Empresário*, Lisboa, Edições INAPA.
- ASSUNÇÃO, A. P. (1997), *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuição para o Estudo da Indústria Cerâmica em Portugal. 1856-1974*, Lisboa, Edições INAPA.
- CARVALHO, R. A. DE, e FERNANDES, T. (2003), «A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)», in António Costa Pinto e André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora, pp. 67-96.
- CUTILEIRO, J. (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1.^a ed. portuguesa, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- DAMAS, C. A. (2002), «José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915», in *Análise Social*, vol. XXXVII (164), pp. 851-878.
- DAMAS, C. A., e ATAÍDE, A. DE (2004), *O Banco Espírito Santo. Uma Dinastia Financeira Portuguesa*, 1.^o vol., 1869-1973, Lisboa, Banco Espírito Santo, Centro de Estudos de História do BES.
- FARIA, M. F. DE (2004), *Alfredo da Silva*, Lisboa, Bertrand.
- FARIA, M. F. DE (2001a), *Banco Comercial Português. A Primeira Década 1985-1995*, Lisboa, Edições INAPA.
- FARIA, M. F. DE (coord.) (2001b), *LISNAVE, Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*, Lisboa, Edições INAPA.
- FAUSTINO, C. (1997), *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*, Lisboa, ISCTE.
- FERNANDES, F. S. (2003), *Fortunas e Negócios. Empresários Portugueses do Século XX*, Lisboa, Oficina do Livro.
- FERRAROTI, F. (1991), *La Historia y lo Cotidiano*, Barcelona, Ediciones Península.
- FERREIRA, J. (1999), *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, Âncora Editora.

- FONSECA, H. (1996), *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, INCM.
- FONSECA, H., e REIS, J. (1987), «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, vol. XXIII (99), pp. 865-904.
- FONSECA, J. (1986), «Uma vila alentejana no 'Antigo Regime' — aspectos sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII», in *Almansor, Revista de Cultura*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, n.º 4, pp. 119-207.
- FONSECA, J. (1990a), «Um nobre alentejano do século XVIII e a sua casa — o inventário de Valentim Lobo da Silveira», in *Almansor, Revista de Cultura*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, n.º 8, pp. 227-261.
- FONSECA, J. (1990b), «Propriedade e exploração da terra em Évora nos séculos XVIII e XIX», in *Ler História*, vol. 18, pp. 111-138.
- FONSECA, M. I. (1997), *O Dia em que Deixaram de 'Comer de Boca Fechada'. Memórias de Um Conflito Social — Formas de Resistência em Meio Rural*, tese de mestrado em Antropologia na FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- FREIRE, A. (coord.) (2001), *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STAPE, MAI.
- GIDDENS, A. (1989), *Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- GODINHO, P. (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora.
- GRANAI, G. (1964), «Técnicas do inquérito sociológico», in Georges Gurvitch (dir.), *Tratado de Sociologia*, ed. portuguesa dirigida por Alberto Ferreira, Porto, Iniciativas Editoriais, pp. 193-215.
- GUERREIRO, M. DAS D. (1998), *Mulheres na Vida Empresarial*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- HOLT, H. (2000), *The Life Stories of Undistinguished Americans as Told by Themselves*, New York, Routledge.
- LIMA, A. P. DE (2003a), *Grandes Famílias, Grandes Empresas*, Lisboa, D. Quixote.
- LIMA, A. P. DE (2003b), «Relações familiares na elite empresarial de Lisboa», in António Costa Pinto e André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora, pp. 151-180.
- LOWENTHAL, D. (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge University Press.
- MARTINS, C. A. (1992), «Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), pp. 367-404.
- MARTINS, C. A., MATOS, A. C. DE, e BETTENCOURT, M. DE L. (estudo e selecção) (1982), *Senhores da Terra. Diário de Um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, prefácio de Jaime Reis, Lisboa, INCM.
- MATOS, V. (1998), *A Elite Política Republicana no Concelho de Torres Vedras (1907-1931)*, Lisboa, ISCTE.
- MENDES, J. A. (1992), «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), pp. 357-365.
- MENDES, J. A. (2002), *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Lisboa, Edições INAPA.
- O'NEILL, B. J. (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras (Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978)*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, J. M. (1997), *Elites Locais e Liberalismo. Torres Vedras 1792-1878*, Lisboa, ISCTE.
- PEREIRA, T. (1998), *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa, 1926-1945*, Lisboa, ISCTE.
- PEREIRA, Z. (1999), «Estruturas agrárias, sociedade local e poder municipal em Almada (1827)», in *Anais de Almada. Revista Cultural*, vol. 2, pp. 121-156.
- PINTO, A. C., ALMEIDA, P. T. DE, e BERMEJO, N. (eds.) (2003), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, London, Frank Cass.

- POIRIER, J., CLAPIER-VALLADON, S., e RAYBAUT, P. (1995), *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- REIS, J. (1996), *O Banco de Portugal das Origens a 1914*, Lisboa, Banco de Portugal.
- ROCHA, M. M. (1993), *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1.ª Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos.
- RUIVO, F. (1990), «Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre o centro e a periferia», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30, pp. 75-95.
- SANTOS, R. (1993), «Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII», in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), pp. 345-369.
- SIMÕES, J. (1997), *Uma Freguesia Rural do Baixo-Alentejo: a Aldeia de Brinches entre 1838 e 1870. Aspectos Demográficos e Sócio-económicos*, Lisboa, ISCTE.
- SOBRAL, J. M. (1995), «Memória e identidade sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural», in *Análise Social*, vol. XXX (131-132), pp. 289-313.
- SOBRAL, J. M. (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de Uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciência Sociais.
- THOMPSON, P. (1978), *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford University Press.
- TONKIN, E. (1995), *Narrating Our Past. The Social Construction of Oral History*, Cambridge University Press.
- TORRES, A. P. (1999), *As Elites Políticas de Oeiras (1908-1926)*, Lisboa, ISCTE.